A ÉTICA NOSSA DE TODO DIA

Patrus Ananias[1]

Falar sobre valores e procedimentos éticos é pauta ampla e vasta. Horizontes de perspectivas variadas. Nos últimos tempos, é assunto feito, principalmente, em torno dos temas e práticas da política, na qual se sobressai, especificamente, a questão dos mandatos e dos agentes públicos. Os acontecimentos mais recentes têm colocado em evidência a ética nos negócios e nos meios de comunicação social, incluindo a internet. Não são poucas as discussões sobre ética profissional. Sem dúvida, é um tema que mobiliza as pessoas. No entanto, as reflexões sobre a ética no dia a dia das pessoas têm sido mais restritas. Daí a importância da proposta de se discutir a questão, articulada com a construção da cidadania no exercício dos seus direitos e deveres.

É um exercício que requer um olhar muito atento sobre nós mesmos, sobre nossas possibilidades e nossos limites. Mas um olhar que nos permita perceber nosso eu em relação com o outro. De início ocorre a chamada "regra de ouro": não fazer ao outro o que não queremos que nos façam, ou, pelo afirmativo, fazer ao outro o que queremos que nos façam. Depois do advento da psicanálise, sistematizada como área específica de estudos e conhecimentos a partir da obra de Freud, é bem verdade que podemos relativizar em parte o enunciado admirável, percebendo que a equação é um tanto mais complexa. Afinal, uma pessoa malresolvida do ponto de vista psíquico e emocional pode desejar para si coisas ruins e autodestrutivas e assim estender aos outros a sua neurose e suas práticas sadomasoquistas. Mas, como regra geral, considerando a razoabilidade das pessoas, o prin-

1 – Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Doutorando em Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Complutense de Madri. Professor licenciado da Pucminas. Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

cípio continua valendo, e muito, pelo propósito de estabelecer a importância do autoconhecimento.

Essa preocupação já estava presente em Sócrates (469-399 a.C.), que, quase dois milênios e meio antes de Freud, orientava as pessoas a se voltarem para si na busca do autoconhecimento. Jesus radicalizou e ensinou que cada um deve amar ao seu próximo como a si mesmo. Quando lhe perguntam quem é o próximo, ele conta uma historinha para dizer que o próximo vai além do familiar, do parente, do amigo e se estende aos agredidos, aos machucados, aos estropiados, aos excluídos, que as sociedades humanas, através dos tempos, vão deixando à beira das estradas (Lucas, 10, 25-37). Ele radicaliza ainda mais na construção de uma nova ética quando manda amar os inimigos e perdoar as ofensas (Mateus, 5, 43-44).

Mais recentemente, Mahatma Gandhi atualizou esses ensinamentos com uma frase lapidar e precisa: "façamos em nós a mudança que cobramos aos outros". São muitas as reflexões de Gandhi discutindo os padrões éticos a partir das relações humanas. Muitas de suas frases indicam o quanto a ética depende da relação que estabelecemos com o mundo, como podemos perceber nas citações abaixo, extraídas de sua autobiografia:

> *Para mim, tem sido sempre um mistério o fato de alguns homens se sentirem gratificados pela humilhação de seus semelhantes.*
>
> *Minha experiência me mostra que o meio mais rápido de conseguir justiça é proporcioná-la à outra parte.*
>
> *A pobreza e a fome que afligem nosso país são de tal modo que degradam a cada ano mais e mais pessoas à categoria de mendigos. Estes, em sua luta desesperada por pão, tornam-se insensíveis a todos os sentimentos de decência e respeito mútuo.*[2]

Pretendo neste trabalho abordar o tema proposto com foco no Brasil, trabalhando-o a partir do *éthos* brasileiro.

2 – GANDHI, MAHATMA. *Autobiografia* : minha vida e minhas experiências com a verdade. Tradução Humberto Mariotti et al. São Paulo: Palas Athena, 1999. p. 145 e 167.

Sabemos que os valores éticos são expansivos e tendem à universalidade, mas sabemos também que a ética, seja no plano individual, seja na dimensão coletiva, articula-se com o conceito de identidade. Busco aqui discutir a identidade da nação, tentando ver como se processa a ética entre nós, a partir da formação do povo brasileiro. A ideia é resgatar historicamente, ainda que de forma bem sucinta, do ponto de vista ético, as relações sociais no País, elaboradas em um processo de síntese de variadas correntes de pensamento que refletem nossos limites e nossas possibilidades.

Nossos entraves...

Comecemos por alguns nós que têm travado as possibilidades de se estabelecer relações e procedimentos éticos no Brasil. São situações históricas, mas que têm ainda hoje forte impacto na sociedade brasileira. Uma delas é a chamada "questão social", grande desafio que se coloca à sociedade brasileira na elaboração de uma proposta de desenvolvimento integral e sustentável que assegure as bases de afirmação do projeto nacional.

Emergem, logo, aos olhos do observador atento e liberado de preconceitos e dogmatismos, a extensão e a profundidade da dívida social brasileira acumulada ao longo de 500 anos. A pobreza extrema e as desigualdades sociais no Brasil conflitam com as extraordinárias potencialidades do país continental e se refletem direta e profundamente nas relações cotidianas.

Vejamos algumas dessas amarras históricas que continuam projetando suas sombras na caminhada da "brava gente brasileira".

1. As capitanias hereditárias – Logo após o descobrimento, o Brasil foi dividido em 15 áreas ao longo do litoral, entregues a 12 donatários com alargados poderes públicos, inclusive na área judicial. Eles podiam condenar à morte pessoas e trabalhadores pobres, chamados peões, além de

escravos e índios; às pessoas de "maior qualidade" podiam impor penas de degredo de até 10 anos; criar vilas, nomeando para governá-las em nome do donatário, ouvidores, meirinhos e mais oficiais de justiça; cativar gentios para seu serviço e de seus navios; conceder sesmarias e tantas mais delegações, competências e privilégios que lhes eram conferidos pelo rei.[3]

O fato de muitas capitanias terem fracassado não impediu que o modelo e as práticas delas decorrentes deitassem raízes profundas na formação do Brasil. Um dos pontos centrais é a relação promíscua que se estabelece, desde então, entre os espaços públicos e privados e que se estende aos nossos dias. Assistimos, assim, a um processo de privatização do Estado, que se traduz também na máxima: privatização dos lucros, socialização dos riscos e prejuízos.

Na sequência das capitanias hereditárias vieram as sesmarias, enormes extensões de terras, improdutivas na maior parte. O primeiro grande historiador brasileiro, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, insuspeito de qualquer simpatia às ideias socializantes, por mais brandas e tímidas, conservador e fiel ao legado da coroa portuguesa, percebeu o problema com o olhar atento de pesquisador:

> *É certo que a mania de muita terra acompanhou sempre pelo tempo adiante os sesmeiros, e acompanha ainda os nossos fazendeiros que se regalam de ter matos e campos em tal extensão que levem dias a percorrer, se bem que às vezes só a décima parte esteja aproveitada; mas se tivesse havido alguma resistência em dar o mais, não faltaria quem se fosse apresentado a buscar o menos.*[4]

A mudança formal que ocorre com o fim das sesmarias não implicou nenhuma mudança material. As sesmarias foram substituídas pelas grandes propriedades. Nas palavras da historiadora Emília Viotti da Costa:

3 – VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 6a. ed. tomo primeiro, 5a. edição integral (5 volumes). São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1956. v. I, p. 151-153.

4 – VARNHAGEN, op.cit., p. 146.

> *As melhores terras eram distribuídas aos grandes proprietários e resultavam, em geral, de antigas sesmarias e aforamentos. Mais tarde passou a vigorar apenas o sistema de posses (...) Entretanto, o artigo 6º (da chamada Lei de Terras, de 1850) dizia que não se tornariam, como princípio de cultura para a legitimação da posse, as simples roçadas, derrubadas ou queimadas de matas ou campo, levantamento de ranchos ou atos de semelhante natureza, e o artigo 8º determinava que os posseiros que deixassem de proceder às medições nos prazos marcados pelo governo, se considerariam caídos em comisso e perderiam, por isso, seu direito. É de crer que, dentro desse critério, resultaria fácil excluir as culturas caboclas. Poucos seriam os habitantes mais humildes em condições de proceder a essas medições e de recorrer à ação legal para efetivar as posses. Com isso, propiciava-se a expansão da grande propriedade em detrimento da pequena.*[5]

5 – COSTA, EMILIA VIOTTI DA. *Da senzala à colônia*. 5a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997. p. 116.

A grande propriedade, símbolo do poder, articula-se diretamente com o fenômeno do coronelismo, que mantém a tradição dos vínculos escusos entre o Estado, em tese agente do interesse público e do bem comum, e os interesses particulares. Nos seus "feudos" o coronel manda, conservando o espírito de capitanias hereditárias, como observa Varnhagen, no volume I do seu *História Geral do Brasil*: "Além disso, cada capitania era declarada couto e homizio; e ninguém poderia, portanto, ser nela perseguido, em virtude de crimes e delitos superiores" (p. 153). Os grandes coronéis ou chefes políticos faziam praça, até passado muito recente da história brasileira, de que em suas terras mandavam eles, acima dos governos que deles dependiam para ganhar as eleições. Vem daí o caldo de cultura do clientelismo, do apadrinhamento, do "você sabe com quem está falando?", do "aos amigos tudo, aos inimigos o rigor da lei". Vem daí o paralelismo entre a lei e o fato.

2 – A escravidão – Durante quase 400 anos, o Brasil carregou o pesado carma da escravidão. No regime escra-

vocrata, não há que falar em nacionalidade no sentido mais amplo da palavra: os escravos estão excluídos da ideia de pertencimento, essencial aos conceitos de nação, de pátria, de ética. São incompatíveis com a escravidão o exercício dos direitos e deveres da cidadania, a perspectiva da igualdade de direitos e oportunidades, a valorização do trabalho, a solidariedade social. Fato histórico ilustrativo do horror da escravidão é a luta desabusada dos "senhores" de escravos, nos anos que antecederam os 13 de maio de 1888, para serem indenizados pela perda de sua propriedade. Muito esclarecedoras a esse respeito as *Memórias do meu tempo*, de J.M. Pereira da Silva, destacado político escravagista.

> *Não deixou Martinho de Campos passar despercebidas as expressões de Joaquim Nabuco. Tendiam a desorganizar o trabalho agrícola, a arruinar as propriedades dos lavradores, a pôr em risco a vida de famílias inteiras, excitando os ânimos dos escravos propensos a instintos e ânsias de apregoada liberdade. (...) A classe infeliz e miserável dos cativos não tinha inteligência nem do direito nem do dever, e exasperada por ideias perigosas não poderia ser contida por autoridade nenhuma. Competia com maioria de razão aos legisladores apreciar e respeitar a situação dos possuidores de escravos, que a lei devia garantir, visto que se obrigava a pagamentos de impostos por herança e compra lícita, e pela sua propriedade (p. 483)*[6].

Abolida a escravidão, os "proprietários" de escravos não foram indenizados pela perda de seu patrimônio, mas, em contrapartida, os escravos nada receberam, foram esquecidos na "rua da amargura". Nenhuma ação ou política pública social foi implantada no sentido de integrá-los na vida nacional. Esquecidos, excluídos, marginalizados, vítimas de preconceitos e violência, pesaram significativamente no aumento da dívida social brasileira. Agora começam as reparações, com o reconhecimento de territórios quilombolas e dos terreiros, com as cotas e as políticas setoriais específicas.

6 – PEREIRA DA SILVA, J. M. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003. v. 3, p. 483.

3 – O genocídio indígena – A violência contra os índios perpassa todo o período de colonização dos países americanos. No Brasil, o testemunho admirável do Marechal Rondon e, mais recentemente, dos irmãos Villas-Boas e o processo de demarcação das terras indígenas evidenciam esforços para resgatar, ainda que parcialmente, a nossa dívida com aqueles que, ao lado do povo negro e dos portugueses, foram os primeiros e mais fortes formadores do povo brasileiro. Atingidos nos seus valores, na sua cultura, na sua relação muito própria com a natureza, a grande maioria das comunidades indígenas, além das perdas enormes de vidas humanas, perderam muito de sua identidade e passaram a integrar a multidão dos pobres e deserdados do País.

A violência sistemática contra os nossos antepassados índios e negros fere muito também nossa identidade e autoestima de povo brasileiro. A herança da colonização e das ideias racistas que encontraram tanta guarida no século XIX tentaram nos impor um sentimento de inferioridade, a partir da negação dos valores vivenciados pelos índios e pelos negros. Entretanto, são elevados valores de respeito ao próximo, como podem nos contar aqueles que os conheceram mais de perto. Quando fui prefeito de Belo Horizonte, recebi a visita de Orlando Villas Boas e tivemos uma longa e boa conversa. Falou-me das suas vivências com os indígenas e do muito que aprendera com eles. Fiquei então sabendo que não é prática entre os índios bater nas crianças ou puní-las. Elas são muito bem acolhidas por todos; quando um adulto conversa com uma criança, normalmente ele se põe de cócoras para colocar-se no mesmo nível e, assim, facilitar a comunicação.

4 – A legislação social tardia – As elites dominantes no Brasil, herdeiras do espírito e da mentalidade das capitanias hereditárias e do coronelismo, da escravidão e da violência contra os índios, protelaram o quanto puderam, levando aos limites da insensibilidade e do cinismo, a incorporação da agenda dos direitos sociais e trabalhistas. O assunto só foi pautado de forma mais sistêmica depois da Revolução de 1930, mesmo assim com os limites decorren-

tes do autoritarismo, sobretudo depois do golpe de 1937, do corporativismo e dos esforços permanentes de cooptação e controle das classes populares e trabalhadoras. Tivemos a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, e dela foram excluídos os trabalhadores rurais, os trabalhadores e, sobretudo, as trabalhadoras domésticas, e os trabalhadores informais. A legislação social não alcançava os pobres desempregados, os idosos, os doentes, as pessoas deficientes. A legislação trabalhista só chega ao campo e aos trabalhadores rurais no início dos anos 60 e, mesmo assim, vai se impondo progressiva e lentamente.

A Constituição de 1988 abriu ao País a perspectiva de um Estado Social moderno, democrático e participativo. A Assistência Social passa a ser acolhida no campo dos direitos constitucionais, formando com a Saúde e a Previdência Social o tripé da Seguridade Social. A Constituição expandiu as suas normas protetoras às comunidades indígenas e aos quilombolas; as crianças, os adolescentes e as famílias pobres tornaram-se objeto de um novo e mais ampliado enfoque jurídico.

... e nossos desassombros

Levantados alguns pontos que ainda bloqueiam o desenvolvimento integral e integrado do Brasil, importa agora identificar alguns espaços, conquistas e realizações nos quais o *éthos* de identidade nacional encontra suas melhores condições de realização.

O primeiro deles, seguramente, é o próprio povo brasileiro. Seria exaustivo e foge aos limites e objetivos deste texto mencionar aqui nomes e situações que expressam o melhor da alma nacional em termos de resistência, criatividade, generosidade. Mas é "sempre bom lembrar, guardar de cor" que a miscigenação, em que pesem seus ingredientes de violência e dissimulação, é o caminho por onde se constrói a nossa identidade. Vimos que ao longo da nossa história as parcelas significativas, amplamente majoritárias

em alguns momentos de nossa formação, como os negros, os índios, os trabalhadores rurais e, sobretudo, os pobres foram muito maltratados. Não obstante, estão no povo brasileiro e, especificamente, nesses setores excluídos as melhores manifestações da nacionalidade. São as manifestações e redes de solidariedade e cooperação, as realizações culturais, com especial destaque para a música popular brasileira, a dança, o folclore, a capoeira, o futebol e outros esportes. Nas celebrações religiosas a presença popular sempre fez a diferença. Alceu Amoroso Lima, Darci Ribeiro, San Tiago Dantas, entre outros, gostavam de dizer que o povo brasileiro é muito melhor que as elites brasileiras. Podemos registrar pelo menos um fato objetivo na defesa dessa observação: no "apagão" que ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, o comportamento do povo foi exemplar. Há também uma forte presença popular na literatura brasileira, tanto na erudita, do mestiço Machado de Assis e do sertanejo Guimarães Rosa, quanto nas expressões mais populares da literatura de cordel, dos repentistas e do teatro de rua. O mesmo podemos dizer com relação à pintura, à escultura, ao artesanato. Emerge agora com força vigorosa a música de periferia. Na dimensão da cultura, regularmente, o povo brasileiro exprimiu suas melhores qualidades.

Um outro ponto em que se afirmam as potencialidades e as virtudes da boa gente brasileira refere-se aos avanços e conquistas sociais. O Brasil vem dando passos muito importantes na superação da fome e da miséria, e passos mais tímidos para reduzir as injustiças e as desigualdades sociais. Mas o País está avançando no campo das políticas públicas sociais. Se o princípio da função social da propriedade ainda não foi efetivamente aplicado, se a reforma agrária e a reforma urbana, assim como a reforma tributária na perspectiva da justiça social, pouco avançaram, é verdade, por outro lado, que a agricultura familiar vem recebendo um apoio inovador por meio do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) implementou programas como o Bolsa-Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa de Atenção Integral às Famílias, desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), os restaurantes populares, as cozinhas comunitárias e os bancos de alimentos.

Na educação, se temos ainda uma longa estrada para resgatar a dívida com a educação infantil, com o ensino fundamental e com o ensino médio, avançamos muito nas possibilidades de acesso dos pobres à universidade, por conta do ProUni, na criação de novas universidades e extensões universitárias e no resgate, valorização e expansão do ensino técnico-profissionalizante.

Outras importantes conquistas são os programas Minha Casa, Minha Vida e o Luz Para Todos, além das ações de capacitação para o trabalho e inclusão produtiva e o reconhecimento da economia solidária. Não há como esquecer também a forte retomada e expansão do emprego; as políticas de apoio às micro e pequenas empresas; as obras de infraestrutura e as boas condições da economia. O País vive um momento de maior confiança e autoestima.

Assim como tivemos no passado as travas que ainda nos atrapalham e dificultam uma expansão maior da ética nas relações cotidianas, vivemos hoje nossos desafios para ampliar as possibilidades da liberdade, da democracia e da justiça social. Os elementos inibidores ainda se fazem presentes e se expressam de forma mais clara e veemente no elevadíssimo número de mortes que ocorrem por conta da violência e do descaso com a vida. Há uma banalização da vida e da morte, que corrói fundo as relações sociais. Uma sociedade politicamente organizada explicita o seu compromisso com a aplicação dos valores éticos, na medida em que afirma o seu compromisso com a vida e a dignidade da pessoa humana e prioriza nas suas ações o enfrentamento das causas que produzem a morte violenta, precoce, prematura, injusta.

Na essência, são violentas as mortes que se impõem, impedindo o ciclo natural da existência. A partir dessa perspectiva, podemos identificar três tipos de violência. A primeira é aquela que, nos anos 70 do século passado, nos tempos do Movimento Nacional de Justiça e Não Violência, chamávamos de "violência branca". Trata-se de uma violência silenciosa, escamoteada pelas forças políticas, econômicas e sociais que não querem perder os seus privilégios e mecanismos de controle e dominação. Esse tipo se explicita e mata por meio da fome, da desnutrição, da carência de água potável, saneamento básico e moradia decente. Mata por meio da mortalidade infantil e das doenças, que poderiam ser prevenidas e combatidas com eficácia. Essas formas de violência, como vimos, estão sendo enfrentadas e estão em forte processo de descenso no Brasil. Mas ainda temos muito o que fazer e as pessoas eticamente responsáveis não devemos descansar. Precisamos continuar mobilizados para assegurar que as políticas sociais sejam mantidas, aperfeiçoadas e ampliadas na perspectiva da sua integração e intersetorialidade.

A segunda forma, também ainda muito pouco enfrentada no País e que representa hoje uma tragédia humana e social, é a violência do trânsito nas cidades e nas estradas. São cerca de 40 mil mortos por ano, sem contar os estropiados, que carregam marcas permanentes no corpo e na alma, e o sofrimento dos familiares e dos amigos. Não bastasse o elevado custo afetivo, que é incomensurável, há um custo econômico. Essa é uma estupidez que ainda não modificou os sentimentos e a consciência do País e, no entanto, sequer é considerada como problema ético. Um motorista alcoolizado que libera os piores sentimentos e sai atropelando e matando está dispensado do teste do bafômetro porque ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. Mas pode matar os outros e disseminar a dor e o sofrimento entre pessoas e famílias. O Direito Penal está muito ligado, ainda, à primeira geração dos direitos – direitos e garantias individuais. Não acertou o passo com os direitos

sociais e com o direito à vida, com uma concepção mais articulada e integrada dos direitos humanos e princípios e regras constitucionais.

A terceira é a violência manifesta, visível, gritante: a pessoa humana no confronto direto, sem mediações, com o seu semelhante. É a violência do homicídio, da "morte matada", do assalto a mão armada, dos sequestros, das balas perdidas e direcionadas; é quando se realiza a concepção hobbesiana e o homem se torna o lobo do homem. Nas últimas décadas o problema se agrava com o surgimento de fortes e ousadas organizações criminosas, redes que se estendem inclusive às instituições e agentes públicos, envolvendo jovens e crianças. Na disputa pelo controle de áreas urbanas desenvolve-se o chamado poder paralelo. Vemos emergir o crime organizado, que é o narcotráfico, mas é também tráfico de armas, de mulheres, de crianças, de órgãos humanos, muitas vezes se articulando com interesses políticos e econômicos. O combate a essa forma de violência exige ações enérgicas de prevenção e repressão, dentro das diretrizes que orientam o Estado Democrático de Direito e, sobretudo, os cuidados necessários com as populações que vivem nas áreas conflagradas.

Seguramente, as ações policiais e militares de segurança e inteligência precisam ser articuladas com as políticas públicas sociais e com as boas iniciativas da comunidade. Isso nos impõe questões delicadas e que merecem reflexão: como se contrapor, com eficiência, à violência criminosa sem ceder às tentações da barbárie e preservando os direitos e a vida dos inocentes, quase sempre vítimas da violência e das injustiças, discriminações, preconceitos e exclusões? Como criar, sem concessões ingênuas às forças da morte, uma cultura de paz e convivência? Como fortalecer as ações do Estado e obter pelas vias democráticas e legais a adesão consciente das pessoas e das comunidades? Como resgatar a cidadania e disseminar os valores e procedimentos éticos?

Parece-me que aqui chego ao ponto central deste ensaio. Os valores (ou antivalores) que pautam hoje a socieda-

de brasileira não contribuem para que a ética se manifeste e paute as relações humanas no cotidiano da vida. É óbvio que os pontos que serão aqui considerados têm um caráter universal, mas considero importante, para melhor precisar o foco, fazer o recorte sobre a realidade nacional, com suas características e especificidades.

O individualismo não estimula a prática dos valores éticos, até porque o individualismo é um grande equívoco histórico que vem, sistematicamente, alicerçando esplêndidas construções de ficção. O problema é que essa ficção vem modificando 500 anos de história e exorta seus momentos culminantes na Declaração de Independência e na Constituição dos Estados Unidos, na Revolução Francesa e na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa ficção deu uma notável contribuição ao desenvolvimento das ideias comprometidas com a liberdade, com os direitos humanos, a partir dos direitos individuais, e com a própria democracia, que encontra aí o seu primeiro estágio na era moderna. Difícil confrontar uma ficção com tal lastro histórico e teórico. Mas é hora de fazer a crítica de tão engenhosa construção, elaborada por autores da estatura de Thomas Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, e chega ao nosso tempo, com a obra de John Rawls. Imaginemos os humanos vivendo individualmente, cada um por si, no estado de natureza. De repente, alguém toca o sino e cada um sai da sua toca, do seu éthos individual, e todos se encontram para construir o Estado, a partir do contrato social. A rigor, o que antecede o Estado é o ser humano sempre vivendo em comunidade, nas famílias, tribos, gens. Perfeita a observação de Aristóteles: o homem fora da comunidade ou é um deus, ou é um monstro.

Vivemos hoje uma exacerbação do indivíduo. As pessoas começam a acreditar que o sol nasce porque elas existem e que ele gira em torno de seus umbigos. Na esteira do individualismo, é o narcisismo, a expansão desmedida do ego e da subjetividade, a interdição do outro. Seguramente não existe entre os animais nenhuma espécie que dependa

mais dos seus semelhantes do que os humanos. Além dos cuidados materiais que carecemos dos mais próximos e da comunidade, somos dependentes do afeto, do olhar, do acolhimento do outro, somos interdependentes.

Voltando ao assunto da violência no trânsito, por exemplo, podemos constatar mais visíveis manifestações do individualismo corroendo a dimensão societária. Os vidros escuros dos carros isolam completamente motoristas, passageiros, pedestres. Além da violência mencionada, ocorrem ainda outras formas de transgressão: filas duplas ou triplas, velocidade excessiva, arrancadas barulhentas, avanços de sinal. Enquanto isso, os carros continuam sendo fabricados para fazerem 200, 240 Km/h, e a propaganda insistindo na força, no poder, na sedução dos veículos. E os pobres padecendo nos ônibus lotados, demorados e precários.

O individualismo se manifesta de forma perversa, igualmente com muito vigor, na relação com a natureza e com o meio ambiente, que é também uma relação entre pessoas, mediada pelo mundo em que vivemos. Ainda não nos acertamos com relação à coleta seletiva do lixo e muito menos com relação à necessidade de se impor maiores exigências às empresas para que cumpram a legislação ambiental e contribuam efetivamente para o bem público. Enquanto isso, cada um polui o quanto pode e os rios continuam sendo o caminho mais curto para nos livrarmos dos esgotos e do lixo.

Poderíamos falar de muitas outras questões, desde as relações familiares e entre vizinhos; aos cuidados com as crianças, idosos e pessoas deficientes, às relações que estabelecemos com os diferentes, os pobres e moradores de rua. O individualismo emerge com a lógica do capital. Assim, por trás de todos esses desacertos está o poder desagregador e corruptor do dinheiro. Não se trata de negar a importância do dinheiro, que tanto contribui para racionalizar e dinamizar as relações de troca, o comércio, a economia. Tampouco se trata de negar os benefícios da propriedade privada e da economia de mercado, quando devidamente normatizada

pelo Estado e pela sociedade na perspectiva do bem comum, que visa conciliar os interesses individuais e coletivos. O problema se coloca quando o dinheiro, os bens materiais e a propriedade passam a ser a grande, se não a única, referência na vida. Aí as relações humanas se desequilibram, porque os valores e procedimentos fundamentais a uma convivência social sensata, justa e possibilitadora são olvidados. Sem a prática e a vivência do amor (palavrinha gasta, mas sempre renovada), da solidariedade, da justiça, da compaixão, do diálogo, do olhar e da escuta, da cooperação, o convívio humano torna-se extremamente penoso. Se as virtudes razoáveis não se desenvolvem, crescem, no contraponto, as ervas daninhas da violência, da ambição sem limites, das injustiças, da opressão e da impostura, de cada um por si.

Na perspectiva teórica, o personalismo comunitário se apresenta como um importante antídoto ao individualismo e ao coletivismo que, no outro extremo, tendem a suprimir os conflitos e as diferenças. Em sua base, procura articular em níveis mais elevados as exigências da liberdade e da justiça, dos direitos individuais e dos direitos sociais. Pela proposta do personalismo comunitário, o individuo ascende à condição de pessoa necessariamente vinculada a um projeto coletivo. Outro ponto fundamental para a expansão da ética nas relações cotidianas é o resgate do exercício da cidadania, e como corolário, a prática da democracia fora dos espaços do poder formal. A prática da democracia nas relações familiares, nas escolas, nas empresas. É a democracia participativa que convoca e estimula a cidadania para debater as prioridades orçamentárias e os grandes desafios setoriais e regionais. Quando implantamos o orçamento participativo em Belo Horizonte pude testemunhar e vivenciar experiências inesquecíveis: comunidades pobres abrindo mão de reivindicações mais do que legítimas, justas e necessárias, para atender os pleitos de comunidades que eram ainda mais carentes.

Além do orçamento participativo, coloca-se a possibilidade de avançarmos na perspectiva do planejamento par-

ticipativo, abrindo à população o debate sobre os conteúdos das leis de diretrizes orçamentárias e dos planos plurianuais. A democracia participativa apresenta questões da maior relevância sobre a natureza do poder e do Estado. O objetivo é formar súditos ou cidadãos? É manipular e controlar ou possibilitar a expansão da consciência? A democracia participativa abre espaços para a segunda alternativa.

Por último, cabe uma palavra sobre o papel dos meios de comunicação social na melhoria das relações cotidianas. Sabemos que a liberdade e a democracia são essenciais à expansão dos valores éticos que se articulam com a identidade, a cidadania, os direitos humanos, mas quais são os conteúdos que explicitam a liberdade de comunicação? Qual a participação dos leitores, ouvintes, telespectadores, internautas? Apenas receber, como seres passivos? Qual o papel da sociedade e do Estado? Como introduzir nos meios de comunicação o debate sobre a ética nas relações cotidianas? Afinal, como dizia Bertold Brecht, são "tantas perguntas"! E nosso compromisso ético de todo dia reside na responsabilidade de refletir sobre as possibilidades de respostas. Mas também, e sobretudo, de estarmos atentos às novas perguntas que surgem, indicando-nos os novos desafios.